



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 14/07/2026 ATA APROVADA

ATA DA QUINTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SÉTIMO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 14 dias do mês de julho de 2026. Às 15h18min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 693 e 2.498/2026, de autoria das Vereadoras Letícia Delgado e Laiz Perrut, para discutir o enfrentamento ao feminicídio e à violência contra a mulher, com enfoque nas políticas públicas, nas ferramentas institucionais, na rede de proteção, nos fluxos de atendimento, nos canais de denúncia e nas estratégias de prevenção no Município de Juiz de Fora. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0786, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da Audiência Pública. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta Audiência Pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária; e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta Audiência Pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. O Presidente Zé Márcio Garotinho justificou a ausência do Secretário de Justiça e Segurança Pública Senhor Rogério Greco por estar em agendamento anterior a esta Audiência Pública. Passou-se para as considerações iniciais. Com a palavra, a Vereadora Laiz Perrut cumprimentou a Mesa, os Vereadores, as autoridades presentes e os representantes dos órgãos e das instituições que atuam na proteção dos direitos das mulheres, agradecendo a participação de todos na audiência pública. Destacou sua trajetória na defesa dos direitos das mulheres e afirmou que o enfrentamento à violência de gênero deve ir além das ações repressivas, priorizando políticas públicas de prevenção, promoção de direitos e fortalecimento da autonomia feminina. Defendeu que a superação da violência passa pelo combate às desigualdades de gênero e pela desconstrução de estereótipos reproduzidos desde a infância. Apresentou dados sobre o aumento dos casos de feminicídio em Minas Gerais, ressaltando a necessidade de ampliação das políticas públicas voltadas à proteção das mulheres. Também criticou a não adesão do estado ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios e mencionou a demora na formalização de compromissos relacionados à implantação da Casa da Mulher Brasileira em Juiz de Fora. Por fim, defendeu o fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, com maior integração entre os órgãos públicos, investimentos na segurança pública e aperfeiçoamento dos serviços de proteção e acolhimento às vítimas. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal defendeu que a audiência pública mantenha caráter técnico, voltado à apresentação das ações desenvolvidas pelos órgãos responsáveis pelo enfrentamento à violência contra a mulher e à discussão de medidas que possam contribuir para a redução dos casos de feminicídio. Agradeceu a presença da Polícia Militar, lamentou a ausência de representantes da Polícia Civil e destacou a importância de conhecer as iniciativas desenvolvidas pelas instituições, bem como identificar de que forma o Poder Legislativo pode colaborar no aperfeiçoamento das políticas públicas. Também manifestou entendimento de que o debate deve evitar abordagens de natureza ideológica, concentrando-se na análise técnica e objetiva do tema. O Presidente Zé Márcio Garotinho lembrou que o tema da audiência é o enfrentamento ao feminicídio, que é a violência contra a mulher, com enfoque nas políticas públicas, nas ferramentas institucionais, nas redes de proteção, no fluxo de atendimentos, nos canais de denúncia e nas estratégias de prevenção no Município. Ou seja, explicou que é um tema amplo em que serão ouvidos todos os presentes. Com a palavra, a Vereadora Letícia Delgado cumprimentou as autoridades presentes e destacou a importância da audiência pública para o debate sobre a violência contra a mulher e o feminicídio. Afirmou que o feminicídio representa o estágio extremo de um ciclo contínuo de violência, muitas vezes invisibilizado e naturalizado. Defendeu que o enfrentamento desse problema deve ir além da atuação das forças de segurança, exigindo uma rede articulada de



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 14/07/2026 ATA APROVADA

proteção, com a participação das áreas de assistência social, saúde, educação e justiça. Ressaltou que a violência contra a mulher frequentemente se inicia ainda na infância e que a prevenção passa pela educação de uma cultura de não violência, com ações voltadas também para crianças e adolescentes. Falou da vulnerabilidade social de muitas mulheres vítimas de violência, enfatizando a necessidade de fortalecer políticas públicas que garantam autonomia, proteção e acesso aos direitos, bem como funcionamento adequado da rede de atendimento e das delegacias especializadas. Citou o caso de Karen Aparecida Ferreira, vítima de feminicídio em Cataguases (MG), para chamar atenção às consequências da violência para os filhos das vítimas, especialmente os órfãos do feminicídio. Ao final, afirmou que a audiência pública tem como objetivo ouvir as instituições, identificar os principais desafios da rede de proteção e buscar o aprimoramento das políticas públicas, ressaltando que o enfrentamento à violência contra a mulher depende da atuação integrada entre os diferentes órgãos e esferas de governo. Pela ordem, a Vereadora Cida Oliveira cumprimentou os presentes e destacou a importância da audiência pública, parabenizando as Vereadoras Laiz Perrut e Letícia Delgado pela iniciativa de promover o debate sobre a violência contra a mulher. Disse que esta discussão deve ocorrer de forma permanente e não apenas em momentos de audiência, ressaltando a gravidade dos índices de feminicídio e violência contra a mulher no país e no Município. Defendeu a necessidade do envolvimento de toda a sociedade, incluindo homens conscientes, no enfrentamento desse problema. Destacou que muitas mulheres permanecem em situações de violência por falta de condições para romper o relacionamento e reforçou que elas não devem ser julgadas, mas acolhidas por uma rede de apoio e por políticas públicas capazes de garantir proteção e autonomia. Disse que a violência pode ocorrer de diversas formas, incluindo física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, muitas vezes sem que a própria vítima consiga identificar a situação vivenciada. Relembrou um caso de feminicídio ocorrido no Bairro Grajaú, envolvendo uma mulher conhecida por ela, para reforçar a urgência do debate e a necessidade de fortalecimento das ações de prevenção e proteção às mulheres vítimas de violência. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer cumprimentou as Vereadoras Letícia Delgado e Laiz Perrut pela realização da audiência pública e saudou as autoridades e os representantes das instituições presentes, destacando a importância da participação feminina na Câmara Municipal. Ressaltou a relevância da Secretaria Municipal das Mulheres e da atuação conjunta entre Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público, Conselhos, Delegacias Especializadas, Ciam e Câmara Municipal no enfrentamento à violência contra a mulher. Lembrou que o Ciam foi criado durante o período da pandemia, quando houve aumento significativo dos casos de violência doméstica, e destacou a ampliação da estrutura de atendimento pela Câmara Municipal para responder à demanda existente. Afirmou que, apesar dos avanços na criação de uma rede de proteção, Juiz de Fora ainda enfrenta desafios no combate à violência doméstica. Defendeu que a cidade possa se tornar referência nessa área, ressaltando que o enfrentamento da violência envolve mudanças culturais, comportamentais e estruturais, com a necessidade de educar crianças e reeducar homens para uma convivência baseada no respeito. Ao final, criticou a impunidade nos casos de violência contra a mulher e afirmou que o Município possui uma rede de proteção capaz de avançar na busca por uma cidade sem violência doméstica e feminicídio. Passou-se para os convidados da Mesa. Com a palavra, a Juíza da Vara da Violência Doméstica Maria Cristina de Souza Trulio agradeceu pela oportunidade de se manifestar, justificando seu atraso e sua saída antecipada em razão da intensa agenda de audiências. Destacou que o enfrentamento da violência doméstica deve ser tratado de forma técnica, considerando a complexidade do problema e a importância da compreensão do ciclo da violência. Falou da existência e a importância da rede de atendimento às vítimas e aos autores de violência doméstica em Juiz de Fora, destacando o trabalho integrado entre os diversos setores e manifestando orgulho pela construção da Casa da Mulher Brasileira no Município. Afirmou que o espaço representa um avanço no atendimento às mulheres em situação de violência. Enfatizou a necessidade de ampliar o acesso das vítimas aos serviços de apoio, fortalecer a atuação das instituições envolvidas e melhorar a capacitação dos profissionais que



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 14/07/2026 ATA APROVADA

atendem esses casos. Também destacou a importância de oferecer acompanhamento aos autores de violência por meio de grupos reflexivos, observando que os serviços existentes estão sobrecarregados. Disse que a Vara de Violência Doméstica ampliou suas atribuições para incluir crimes contra crianças e adolescentes e ressaltou o compromisso do Poder Judiciário com a prevenção e o combate à violência. Destacou que a chegada de novos recursos e a melhoria da estrutura de atendimento contribuem para respostas mais rápidas e eficazes à sociedade. Com a palavra, a Capitã Camila Oliveira Fernandes Meireles, representando o Comandante do 27º Batalhão de Polícia Militar, informou que é chefe da Seção de Planejamento e Operações do 27º Batalhão e responsável pela coordenação das ações relacionadas ao enfrentamento da violência doméstica. Durante sua apresentação, destacou que a violência contra a mulher continua sendo uma preocupação permanente e ressaltou a importância da prevenção, independentemente dos números estatísticos registrados. A Capitã Camila explicou que a Polícia Militar vem desenvolvendo estratégias de acompanhamento e monitoramento dos casos de violência doméstica, além do atendimento às ocorrências. Apresentou os protocolos de atuação da instituição, incluindo a primeira resposta, realizada no momento da ocorrência; a segunda resposta, com a visita tranquilizadora em até 72 horas; e a terceira resposta, por meio da Patrulha Especializada em Violência Doméstica, com acompanhamento das vítimas por até 90 dias. Destacou que o 27º Batalhão realiza o monitoramento dos casos por meio de uma plataforma de acompanhamento, permitindo identificar situações de maior risco e reincidências e acompanhar as medidas adotadas. Informou ainda que grande parte das vítimas é contactada pela equipe e que as visitas são previamente agendadas para garantir maior efetividade no atendimento. Ao final, a Capitã Camila reforçou que o enfrentamento à violência doméstica exige a atuação conjunta de diversos órgãos e afirmou que a Polícia Militar permanece empenhada na prevenção, no acompanhamento das vítimas e na proteção da sociedade. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal parabenizou a Capitã Camila pela apresentação das ações desenvolvidas pelo 27º Batalhão da Polícia Militar. Em seu pronunciamento, destacou seu orgulho pela instituição e ressaltou a importância do trabalho realizado pelos Policiais Militares no atendimento à sociedade. Afirmou que a Polícia Militar mantém um processo contínuo de treinamento e capacitação de seus integrantes, preparando-os anualmente para o exercício das funções. Destacou que percebeu uma grande evolução nas ações relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher e da violência familiar, ressaltando que atualmente as equipes policiais estão mais preparadas e possuem protocolos específicos para esses atendimentos. Disse que, apesar dos avanços, a instituição enfrenta limitações para acompanhar integralmente todos os casos e as famílias atendidas, sendo necessário o apoio e a atuação conjunta de outros órgãos da rede de proteção. Por fim, parabenizou a Polícia Militar, o comando da instituição e todos os militares envolvidos nas ações de prevenção e atendimento à violência doméstica. Ressaltou ainda o trabalho realizado pela Câmara Municipal no atendimento às mulheres e reforçou a importância da união entre as instituições para garantir um melhor atendimento à população. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut parabenizou a fala da Capitã Camila e destacou a importância da apresentação das ações realizadas pela Polícia Militar no enfrentamento à violência contra a mulher. Ressaltou que possui contato frequente com a Patrulha de Proteção à Mulher, tanto no Ciam quanto em outras atividades relacionadas ao tema. Explicou que um dos motivos que a levou solicitar a realização da audiência pública foi o relato de uma mãe que procurou seu gabinete após a filha sofrer assédio sexual em via pública. Segundo a Vereadora, a família tem enfrentado dificuldades para conseguir atendimento pelo número 190, aguardando por mais de três horas até o primeiro contato com o serviço. Reconheceu os desafios enfrentados pelas instituições públicas, destacando que a ampliação do atendimento depende de fatores como aumento do efetivo, estrutura e criação de novos canais de atendimento. Solicitou que, ao final da audiência, sejam esclarecidos aspectos relacionados ao funcionamento do 190, às necessidades da Polícia Militar e às formas pelas quais o Legislativo pode contribuir. mencionou a situação da Polícia Civil, especialmente em relação ao funcionamento das Delegacias



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 14/07/2026

ATA APROVADA

Especializadas de Atendimento à Mulher em regime de 24 horas, previsto em lei, mas ainda não implementado no Município. Falou que já realizou reuniões para compreender como os Vereadores podem auxiliar na ampliação desses serviços. Por fim, destacou que esta audiência pública tem como objetivo não apenas apontar dificuldades mas buscar soluções e fortalecer a atuação conjunta entre os órgãos responsáveis pelo atendimento e pela proteção das mulheres. O Presidente em exercício Juraci Scheffer parabenizou a Polícia Militar pelo trabalho realizado e destacou a credibilidade da instituição, ressaltando a qualidade dos serviços prestados pela Polícia Militar de Minas Gerais. Em relação à questão levantada pela Vereadora Laiz Perrut sobre o funcionamento da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em regime de 24 horas, afirmou que, sendo uma exigência prevista em lei Federal, será necessário buscar meios para que o Governo de Minas Gerais cumpra essa determinação e garanta o atendimento contínuo à população. Com a palavra, a Secretária Lourdes Carmo Militão frisou a preocupação com o crescimento da violência contra as mulheres em âmbito municipal e nacional, ressaltando a necessidade de ações efetivas e integradas para garantir o direito à vida, à segurança e ao acolhimento. Enfatizou o papel da Secretaria da Mulher no fortalecimento das políticas públicas e informou que o órgão vem realizando ações nos territórios, ouvindo mulheres e articulando parcerias com outras instituições. Ressaltou que todos os representantes da rede de proteção são fundamentais no enfrentamento da violência. Falou da importância de romper ciclos culturais de violência por meio do trabalho com mulheres, crianças e adolescentes, promovendo uma educação baseada no respeito e na igualdade. Relatou ações desenvolvidas nas escolas e citou um caso em que a atuação conjunta da rede possibilitou interromper uma situação de violência familiar. Falou da importância da união de esforços para ampliar a proteção às mulheres e agradeceu a oportunidade de participar do encontro. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado discorreu sobre a importância da informação como uma das principais ferramentas de proteção às mulheres. Citou uma pesquisa do Data Senado que apontou que cerca de 65% das mulheres entrevistadas afirmaram conhecer pouco a Lei Maria da Penha, ressaltando a necessidade de ampliar o acesso a informações sobre direitos, serviços e rede de proteção. Disse que essa informação deve alcançar não apenas as mulheres mas também crianças e adolescentes, que muitas vezes identificam situações de violência e se tornam importantes canais de denúncia e apoio às mães. Comentou que as políticas públicas precisam utilizar uma linguagem acessível, explicando de forma clara onde buscar ajuda, como acessar equipamentos como Cras, UBS, Casa da Mulher, Delegacia da Mulher, Defensoria Pública e demais serviços da rede de proteção. Ao finalizar, destacou o papel das escolas como equipamentos fundamentais nos territórios, muitas vezes sendo o primeiro espaço de acolhimento e orientação para famílias em situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da rede de proteção. O Presidente em exercício também registrou a presença da Delegada Sônia Parma, convidando-a também para fazer parte do Plenário. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut contribuiu com a fala da Vereadora Letícia Delgado, destacando a importância da educação no enfrentamento à violência contra as mulheres. Relatou que, em seu primeiro mandato, elaborou uma legislação voltada à formação continuada dos profissionais da educação sobre a temática da violência contra as mulheres. Informou também que, por meio de emenda parlamentar, foi produzida uma cartilha distribuída nas escolas da Rede Municipal, com orientações para que Professores e profissionais da educação possam abordar o tema de forma adequada, considerando as diferentes faixas etárias e utilizando instrumentos pedagógicos apropriados. Ressaltou que a educação é fundamental para romper ciclos de violência, preconceito, machismo e racismo, destacando que as escolas muitas vezes identificam situações de vulnerabilidade e encaminham demandas para a rede de proteção. Ao finalizar, afirmou que trabalhar esses temas desde a infância é essencial, pois as crianças possuem maior abertura para construir novos conceitos e valores, contribuindo para uma sociedade mais consciente e respeitosa. Com a palavra, o Secretário Fernando Tadeu David destacou que fará breves observações sobre a importância da educação e do trabalho em rede no enfrentamento à violência contra as mulheres. Falou da sua



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 14/07/2026 ATA APROVADA

experiência pessoal, afirmando que, ao longo de sua vida familiar, sempre valorizou uma educação libertadora, baseada no respeito e na igualdade. Ressaltou que homens que praticam violência contra mulheres não devem ser vistos como companheiros, pois a violência é incompatível com o respeito e a convivência saudável. Disse que as ações realizadas pela Gestão Municipal no combate à violência doméstica já conquistou muitas coisas, mencionando o fortalecimento da rede de proteção, a construção da Casa da Mulher Brasileira, a implantação do Convívio no Parque das Águas e as iniciativas de prevenção desenvolvidas pela Guarda Municipal em parceria com as Polícias Militar e Civil. Ressaltou o trabalho do Grupo de Apoio Preventivo (GAP), que atua nas escolas abordando temas como relações de respeito, bullying, racismo, cuidado e convivência. Ao finalizar, o Secretário Fernando Tadeu David afirmou que a violência contra as mulheres se manifesta de diversas formas, incluindo violência física, de gênero, política, esportiva e social, e reforçou que o enfrentamento deve envolver homens e mulheres unidos na construção de uma sociedade mais segura e igualitária. Com a palavra, a Senhora Carla Cristina de Lima Ferreira, representando a Comissão da Mulher Advogada da OAB/JF e representando o grupo Mulheres do Brasil, parabenizou as Vereadoras Letícia Delgado e Laiz Perrut pela iniciativa e destacou a importância do trabalho realizado pela rede de proteção às mulheres em Juiz de Fora. Ressaltou, porém, a necessidade de aprimoramento das políticas públicas por meio da produção e utilização de dados. Destacou a importância do antigo Observatório da Violência contra a Mulher, que reunia informações detalhadas sobre os tipos de violência e as regiões da cidade, permitindo a elaboração de estratégias mais eficientes. Afirmou que o enfrentamento à violência contra as mulheres precisa ser baseado em dados concretos e não apenas em percepções, considerando que se trata de um problema complexo e com múltiplas causas. Defendeu a criação de estratégias específicas para diferentes territórios e realidades. Destacou a importância de garantir informações seguras, acessíveis e responsáveis às mulheres, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade, como mulheres periféricas, rurais e negras. Ressaltou que os serviços da rede de proteção precisam ser descentralizados, chegando até os territórios onde essas mulheres vivem. Questionou se as mulheres das periferias conhecem de fato a rede de proteção e enfatizou o papel de equipamentos como escolas, UBS, Cras e Creas como portas de entrada para orientação e apoio. Defendeu que as reuniões da rede sejam realizadas também fora da região central da cidade, fortalecendo o diálogo entre os serviços e a construção de soluções mais efetivas. Com a palavra, a Senhora Eliane Barreto, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, parabenizou as Vereadoras Letícia Delgado e Laiz Perrut pela iniciativa do debate. Destacou sua atuação na defesa dos direitos das mulheres e o trabalho desenvolvido em parceria com a Secretaria da Mulher e demais integrantes da rede de proteção. Explicou que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é formado por 24 entidades, sendo 12 da sociedade civil e 12 governamentais, com atuação na discussão, fiscalização e proposição de políticas públicas. Informou que o Conselho vem realizando visitas aos bairros, por meio das escolas e entidades parceiras, para identificar demandas e necessidades de cada região. A representante ressaltou a importância da consolidação de dados sobre a violência contra as mulheres e defendeu a criação de um observatório efetivo que possibilite conhecer melhor o perfil das vítimas e direcionar ações mais adequadas. Também destacou a necessidade de ampliar a Patrulha de Violência Doméstica, considerando que o número atual de equipes é insuficiente diante da demanda, especialmente em áreas rurais e periféricas. Afirmou que a violência contra a mulher atinge diferentes perfis sociais, não se restringindo a mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, citando que mulheres com maior escolaridade e melhores condições financeiras também são vítimas. Destacou ainda a relação entre insegurança alimentar, dependência econômica e permanência em situações de violência. Ao finalizar, reforçou que a construção de políticas públicas para as mulheres é uma pauta ampla e que exige diálogo contínuo, integração entre os serviços e dados consolidados para garantir maior segurança e autonomia às mulheres. Colocou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher à disposição para participação e contribuição da sociedade. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado esclareceu a situação do Observatório Municipal



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 14/07/2026

ATA APROVADA

de Violência e Criminalidade de Juiz de Fora, frisando que o Município possui um Plano Municipal de Segurança Urbana e Cidadania, aprovado por lei, que determinou a criação do Observatório. Informou que o equipamento foi criado por decreto e permanece ativo, disponibilizando informações públicas no site da Prefeitura. Explicou que o Observatório atualmente produz monitoramentos com base nos dados abertos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, permitindo o acompanhamento de indicadores relacionados à violência e criminalidade. Ressaltou, porém, que a demanda apresentada pelas Senhoras Carla Cristina e Eliane Barreto está relacionada à necessidade de um aprofundamento maior dos dados, especialmente sobre violência contra mulheres. Lembrou que, anteriormente, houve uma parceria com a Secretaria de Saúde, por meio da Vigilância das Violências, que possibilitou a elaboração de boletins específicos sobre violência contra mulheres e contra crianças e adolescentes. Disse que esses boletins permitiam uma análise mais detalhada, com informações como região, idade e raça das vítimas, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais direcionadas. Destacou que, para retomar esse nível de detalhamento, seria necessário fortalecer novamente o diálogo com a área da saúde. Informou que os monitores de dados e os boletins já produzidos estão disponíveis para consulta no Observatório Municipal de Violência e Criminalidade. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal apresentou sua opinião pessoal sobre a dificuldade de acesso e organização dos dados públicos relacionados às políticas de proteção às mulheres. Ressaltou que muitas vezes a sociedade espera respostas do Poder Público, mas que também é necessário buscar outros meios de obtenção de informações, como a Lei de Acesso à Informação. Destacou a necessidade de aprimorar os sistemas de informação da Prefeitura, afirmando que a ausência de ferramentas eficientes dificulta o acesso a dados básicos e prejudica o planejamento das ações públicas. Mencionou que a Secretaria da Mulher e outros órgãos de atendimento precisam de maior suporte tecnológico e estrutural. Ressaltou a existência de demandas reprimidas nos serviços de segurança e proteção, como na Guarda Municipal e na Polícia Militar, defendendo que os órgãos responsáveis tenham melhores condições para atuar. Como alternativa, sugeriu a participação da sociedade civil, das organizações e das instituições na criação de plataformas e mecanismos próprios para coleta e organização de informações, utilizando também instrumentos legais como a Lei de Acesso à Informação. Ao finalizar, afirmou que a dependência exclusiva dos sistemas governamentais poderia dificultar a continuidade e o acompanhamento das políticas públicas. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut falou da importância da criação da Secretaria Especial de Direitos das Mulheres em Juiz de Fora, ressaltando que essa é uma conquista histórica dos movimentos feministas e de mulheres que há anos defendem uma estrutura específica para tratar das políticas públicas voltadas às mulheres. Lembrou a trajetória de construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, debatido há mais de uma década, e defendeu que ele seja transformado em lei para garantir a continuidade das ações como política de Estado, e não apenas como política de Governo. Explicou que a Secretaria Especial de Direitos das Mulheres possui papel articulador, atuando com as demais Secretarias e órgãos para integrar as políticas públicas voltadas às mulheres. Ressaltou a importância de fortalecer essa estrutura e garantir sua permanência independentemente das mudanças de gestão. Ao finalizar, propôs que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher retome a discussão com a Câmara Municipal para aprovação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres como legislação, consolidando uma política pública permanente que contemple áreas como direitos, prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Com a palavra, a Senhora Rayana Costa, representando o Centro de Referência dos Direitos Humanos, cumprimentou os presentes e parabenizou as Vereadoras pela realização da audiência, destacando a importância do debate sobre a violência doméstica, o feminicídio e a garantia dos direitos das mulheres. Disse que, embora as mulheres tenham conquistado diversos direitos, ainda precisam reafirmá-los diariamente, especialmente o direito à vida, à dignidade e à integridade física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Defendeu que o enfrentamento à violência deve ocorrer por meio de políticas públicas integradas e atuação conjunta da rede de proteção. Apresentou o trabalho



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 14/07/2026

ATA APROVADA

do Centro de Referência em Direitos Humanos, programa do estado de Minas Gerais, que atua no acolhimento, na orientação e na promoção dos direitos humanos, além de desenvolver ações preventivas em escolas e comunidades. Explicou que muitas mulheres atendidas pelo Centro não reconhecem que são vítimas de violência, o que reforça a importância da orientação e da atuação preventiva. Destacou a articulação do Centro com a rede municipal de atendimento e chamou atenção para a necessidade de qualificar os serviços de acolhimento às vítimas, mencionando a importância do atendimento 24 horas nas delegacias especializadas e do preparo dos profissionais para atender mulheres em situação de violência. Por fim, lembrou um caso de violência institucional contra uma mulher indígena para enfatizar a responsabilidade de todos na proteção das mulheres e concluiu afirmando que ainda é necessário fortalecer a defesa dos direitos femininos, garantindo que as conquistas sejam preservadas e respeitadas. O Presidente em exercício dirigiu-se à Senhora Rayana Costa, pedindo que ela não se preocupe. Disse ser pai de três filhas e avô de duas netas, afirmando que as mulheres são fundamentais e iluminam a existência. Acrescentou que ela educa sua filha com carinho e reforçou o compromisso de continuar lutando pelo enfrentamento da violência contra a mulher, para que todas sejam respeitadas, reconhecidas em sua plenitude e tenham liberdade para atuar onde desejarem. Com a palavra, o Senhor Fabrício Luiz da Silva, Referência Técnica de Notificação de Violência de Juiz de Fora e representante do Secretário de Saúde Jhonathan Ferreira, cumprimentou os presentes e destacou o papel da saúde no enfrentamento à violência contra a mulher, enfatizando não apenas o acolhimento e atendimento às vítimas mas também a importância da notificação compulsória dos casos de violência. Apresentou dados do período de 2016 a 2025, informando que foram registradas 4.842 notificações de violência contra mulheres, correspondendo a 75% de todas as notificações de violência no Município. Falou que a violência física representou 38% dos casos, seguida da violência sexual (24%) e da psicológica (7%). Ressaltou que a notificação ainda é pouco conhecida entre os profissionais de saúde, apesar de ser obrigatória, e destacou ações desenvolvidas pela Secretaria de Saúde em parceria com a UFJF e outras instituições, como capacitação de profissionais, elaboração de boletins epidemiológicos, criação do Núcleo Intersectorial de Prevenção da Violência e Promoção da Cultura de Paz, organização de protocolos de atendimento e melhorias na estrutura dos serviços. Defendeu a integração entre saúde, educação e assistência social para ampliar a notificação dos casos e fortalecer um banco de dados mais completo, permitindo identificar situações de violência desde os primeiros sinais. Reafirmou o compromisso da Secretaria de Saúde com o fortalecimento da rede de proteção às mulheres e colocou-se à disposição para novas parcerias. Com a palavra, a Senhora Ticiane Didres Parada do Nascimento, Presidente da Comissão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da OAB-JF, agradeceu o convite e parabenizou as Vereadoras pela iniciativa. Iniciou sua fala lembrando que, em março de 2023, já havia defendido a implantação do atendimento especializado 24 horas às mulheres vítimas de violência em Juiz de Fora. Passados mais de três anos, afirmou que o serviço ainda não foi implantado, enquanto os casos de feminicídio, estupro e violência doméstica continuam aumentando. Reconheceu que a criação da Delegacia Especializada 24 horas é competência do Governo de Minas Gerais e mencionou a previsão de implantação da Casa da Mulher Brasileira no Município. No entanto, enfatizou que as mulheres de Juiz de Fora não podem mais esperar por essas medidas. Apresentou dados nacionais sobre feminicídio e destacou que a maioria das vítimas é mãe, sendo comum que os crimes ocorram na presença dos filhos. Como Presidente da Comissão de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da OAB Juiz de Fora, Advogada, mãe e mulher, ressaltou que romper uma relação abusiva envolve desafios como a proteção dos filhos, a falta de autonomia financeira e as dificuldades enfrentadas no sistema de Justiça. Defendeu que as medidas protetivas sejam estendidas às crianças, que os agressores sejam responsabilizados e que o enfrentamento à violência inclua políticas públicas voltadas à autonomia financeira das mulheres, como ampliação de vagas em creches, programas de capacitação, geração de emprego e acesso à moradia. Também destacou a importância da Casa da Mulher e do CIAM, da



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 14/07/2026 ATA APROVADA

integração entre saúde, educação, assistência social, segurança pública e sistema de Justiça, além da utilização de tecnologias para agilizar o atendimento às vítimas. Enfatizou ainda o papel das escolas na prevenção da violência, defendendo que, além de orientar meninas a identificar situações de risco, é fundamental educar os meninos para relações baseadas no respeito, na igualdade e na não violência. Ao encerrar, afirmou que proteger as mães significa proteger também seus filhos e romper o ciclo intergeracional da violência. Manifestou o desejo de que o Município avance nas políticas públicas para que as mulheres não precisem continuar aguardando por medidas de proteção e para que nenhuma vítima perca a vida em decorrência da violência. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut falou que já havia apresentado, há mais de um ano, uma representação à Polícia Civil e ao Governo de Minas Gerais solicitando a implantação do atendimento 24 horas da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), sem que houvesse resposta dos órgãos competentes. Diante disso, propôs como encaminhamento da audiência a elaboração de uma nova representação reforçando a reivindicação pela implantação da Deam 24 horas em Juiz de Fora. Disse que, apesar da ausência de respostas, o Legislativo continuará cobrando providências e mantendo a pauta em discussão. Com a palavra, a Senhora Ana Carolina Sales, representando a Casa da Mulher, cumprimentou os presentes e destacou a importância da atuação conjunta entre os órgãos da rede de proteção às mulheres. Informou que assumiu recentemente a Coordenação da Casa da Mulher e que anteriormente atuava na Coordenação de Políticas para as Mulheres, o que lhe proporcionou uma visão integrada das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência. Falou que o acesso à informação é essencial para a garantia de direitos e destacou o projeto desenvolvido nas escolas desde 2024, reconhecido pela ONU Mulheres como uma das melhores iniciativas de prevenção à violência no Brasil. Defendeu que o enfrentamento da violência doméstica exige ações preventivas, educação e políticas públicas estruturadas. Enfatizou a importância do trabalho intersetorial entre a Casa da Mulher, as forças de segurança, os órgãos públicos e a sociedade civil, ressaltando que a integração da rede de atendimento é fundamental para oferecer respostas mais eficazes às vítimas. Anunciou que a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica (Revid) promoverá, em 26 de agosto, uma reunião com lideranças comunitárias para apresentar o fluxo de atendimento e fortalecer a divulgação dos serviços existentes. Destacou a necessidade de aprimorar a integração dos dados sobre violência contra a mulher, permitindo análises territoriais e subsidiando políticas públicas baseadas em evidências. Por fim, lembrou que a violência atinge de forma desproporcional as mulheres negras, que representam 61% das vítimas, defendendo que as políticas públicas considerem esse recorte para ampliar sua efetividade. Com a palavra, a Senhora Fernanda Moura, Coordenadora do Ciam, destacou que sua fala reflete o trabalho conjunto da rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Juiz de Fora. Manifestou solidariedade diante do caso de feminicídio ocorrido em Cataguases, ressaltando que a violência contra as mulheres não pode ser naturalizada e exige constante mobilização da sociedade. Como Coordenadora do Ciam, agradeceu o apoio da Câmara Municipal ao serviço e apresentou dados sobre a violência de gênero em Minas Gerais e em Juiz de Fora. Informou que, apenas em 2025, o Centro já havia realizado 469 atendimentos, destacando que o Município conta com uma rede estruturada de proteção, composta por Casa da Mulher, Secretaria da Mulher, Vara Especializada, grupos reflexivos para homens autores de violência e a futura Casa da Mulher Brasileira. Entretanto, reforçou que ainda é necessária a implantação do funcionamento 24 horas da Deam, conforme previsto na Legislação Nacional. Como encaminhamentos, defendeu a ampliação das delegacias especializadas, o fortalecimento dos canais de denúncia, das casas de acolhimento e da assistência jurídica, psicológica e social às vítimas. Também ressaltou a importância de ações permanentes de educação para a igualdade de gênero nas escolas, campanhas de conscientização, integração entre saúde, assistência social, segurança pública e sistema de Justiça, capacitação dos profissionais, fortalecimento das medidas protetivas, responsabilização dos agressores e políticas de autonomia econômica para as mulheres. Ao concluir, afirmou que a audiência pública deve resultar em ações concretas, com metas, prazos e



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 14/07/2026 ATA APROVADA

acompanhamento das propostas apresentadas, reforçando que somente o planejamento integrado e o compromisso institucional poderão reduzir a violência contra as mulheres. Finalizou citando Maria da Penha: "A vida só começa quando a violência acaba". Com a palavra, a Delegada Sônia Parma agradeceu às Vereadoras pela realização da audiência, destacando a importância da participação dos integrantes da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Ressaltou que, ao longo dos anos, percebeu avanços na valorização dessa pauta pelo Poder Público e pela sociedade. Relembrou sua trajetória à frente da Delegacia de Mulheres, iniciada em 1992, quando a violência doméstica e familiar ainda recebia pouca atenção dentro das instituições de segurança. Relatou que precisou compreender o fenômeno da violência contra a mulher além da atuação policial tradicional e construir parcerias com movimentos sociais, o que contribuiu para a criação da Casa Abrigo e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Destacou que a construção da rede de proteção foi resultado da união de diferentes setores e afirmou que as metas apresentadas durante a audiência devem orientar as próximas ações. Sobre a implantação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher 24 horas, explicou que a dificuldade está relacionada à falta de efetivo do estado e sugeriu, como alternativa, a criação de um atendimento prioritário para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar durante os plantões policiais. Ao final, defendeu a elaboração e o fortalecimento do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, com participação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, reunindo experiências e conhecimentos de diferentes áreas. Ressaltou a necessidade de ampliar o trabalho com os homens autores de violência, fortalecer a rede de atendimento e promover uma mudança cultural por meio da educação e da conscientização da sociedade. Concluiu reforçando que o enfrentamento à violência contra a mulher depende de planejamento, integração entre os serviços e união de esforços para reduzir os casos de violência e feminicídio. Passou-se para os inscritos do público. Com a palavra, a Senhora Poliana Maria de Mello, Presidente da Associação dos Moradores do Mariano Procópio e Democrata, disse que já se sente contemplada pelas falas dos convidados e das Vereadoras. Em seguida, destacou a existência da rede de proteção às mulheres e questionou quais seriam os principais desafios enfrentados atualmente pelos órgãos e pelas instituições envolvidos, buscando compreender as dificuldades previstas para o fortalecimento dessa rede. Com a palavra, a Senhora Cristina, da União Brasileira de Mulheres, destacou que muitas das ações necessárias para o enfrentamento da violência contra a mulher já foram apresentadas durante a audiência, ressaltando que a implantação da Deam 24 horas depende de uma decisão política e que essa reivindicação é uma luta antiga. Relembrou sua atuação como Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, entre 2013 e 2015, quando foi elaborado um Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, construído com participação da sociedade e apresentado na Câmara Municipal. Relatou que, na época, houve resistência especialmente em relação aos debates sobre gênero e estereótipos. Explicou que discutir gênero significa compreender os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e como esses padrões podem contribuir para desigualdades e para a reprodução da violência. Citou como exemplos a educação que ensina meninos a não demonstrar sentimentos e meninas a serem submissas ou responsáveis apenas pelos cuidados, afirmando que essas construções podem alimentar comportamentos machistas. Como Professora e defensora da educação, afirmou que a escola tem papel fundamental na prevenção da violência, pois o debate sobre igualdade de gênero contribui para formar uma sociedade mais justa e respeitosa. Defendeu que impedir essas discussões não protege crianças nem vítimas de violência. Por fim, ressaltou que, enquanto a transformação cultural ocorre, é necessário ampliar políticas públicas de acolhimento, proteção, autonomia econômica, atendimento psicológico e assistência jurídica para que as mulheres consigam romper ciclos de violência. Concluiu afirmando que o combate à violência contra a mulher exige investimentos simultâneos em educação, prevenção e garantia de direitos. Passou-se para as considerações finais. Com a palavra, o Capitão Gabriel Felipe, representando o 2º Batalhão da Polícia Militar, disse que responderá aos questionamentos sobre o atendimento 190 e apresentou um panorama das ações da Polícia Militar. Destacou que



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 14/07/2026 ATA APROVADA

houve avanços tecnológicos e operacionais nos últimos anos, como a digitalização da rede de rádio e o uso de GPS nas viaturas, o que proporcionou maior agilidade no despacho e no atendimento das ocorrências. Falou que a instituição realiza gestão dinâmica do efetivo para priorizar o policiamento nas ruas, mantendo equipes de teleatendimento conforme a demanda. Explicou que fatores externos podem influenciar o volume de chamadas, mas que esforços são realizados para otimizar o serviço prestado à população. Informou ainda que as companhias operacionais de Juiz de Fora permanecem disponíveis para atendimento ao público 24 horas. Sobre a violência doméstica, esclareceu que não houve aumento dos casos de feminicídio no Município nos últimos anos e destacou que a Polícia Militar acompanha constantemente os dados criminais. Informou que os policiais passaram por capacitação para atendimento às mulheres e que medidas foram adotadas para reduzir a subnotificação, incluindo protocolos específicos de acompanhamento das ocorrências. Por fim, colocou a Polícia Militar à disposição da população e ressaltou que a instituição é do estado, estando presente nos 853 Municípios de Minas Gerais para atender o cidadão. Com a palavra, a Secretária Lourdes deixou evidenciado o grande senso de responsabilidade com o qual sai desta Casa Legislativa, diante de tudo o que foi ouvido e discutido, e também destacou o grande desejo de retornar para dar continuidade diálogo. Afirmou que é urgente que voltem a se reunir para continuar as discussões e avançar com as propostas apresentadas, com grande empenho e desejo de levar aquela pauta adiante das mulheres, pois se trata de algo muito sério. Parabenizou as proponentes, a Vereadora Letícia Delgado e a Vereadora Laiz Perrut, e mencionou o Secretário Tadeu, que precisou se ausentar. Disse que o Secretário Tadeu tinha intenção em nome de toda a Prefeitura, de ter apresentado dados e ampliado sua fala sobre as ações preventivas que vêm sendo realizadas. Explicou que já haviam sido desenvolvidas ações no ano anterior e que outras estão sendo realizadas naquele momento, mas que não foi possível detalhá-las durante sua participação. Falou ainda que a Secretaria da Mulher vem trabalhando com mulheres privadas de liberdade, mulheres negras, mulheres trans, mulheres da periferia e também com aquelas que possuem maior poder econômico, ressaltando que a Secretaria tem um olhar voltado para todas as mulheres. Disse que a Casa da Mulher Brasileira é uma realidade e que sua construção está em andamento, avançando para atender uma grande parcela das demandas apresentadas durante a discussão. Segundo ela, essa iniciativa representa uma grande conquista para todas as mulheres que lutam pela causa no Município. Aproveitando a oportunidade, especialmente para as ouvintes da TV Câmara, informou o endereço da Casa da Mulher atualmente existente, localizada na Avenida Garibaldi Campinhos, no Bairro Vitorino Braga, nº 169. Também informou que a Casa da Mulher Brasileira será instalada na Avenida Brasil, nº 2.001, ao lado do atual prédio da Prefeitura. Por fim, a Senhora Lourdes agradeceu a oportunidade e manifestou o desejo de retornar em breve para continuar contribuindo com debate. Com a palavra, a Vereadora Laiz Perrut avaliou positivamente a audiência pública, destacando a importância do diálogo entre os participantes e agradecendo a presença de todos. Informou que serão adotados encaminhamentos, entre eles o envio de nova representação à Polícia Civil sobre a Casa 24 Horas, a realização de uma visita da comissão ao Copom-Centro de Operações da Polícia Militar, e o acompanhamento, com o Conselho, do plano de enfrentamento à violência contra as mulheres. Informou que os debates são registrados em ata, disponibilizados na TV Câmara e divulgados nas redes sociais. Também ressaltou o trabalho da Secretária Lourdes na estruturação da Secretaria, reconhecendo os desafios enfrentados desde sua criação. Relatou visita às obras da Casa da Mulher Brasileira, destacando o avanço da construção e a expectativa de inauguração em 8 de março do ano seguinte. Lembrou sua atuação com o Governo Federal para viabilizar o projeto, ressaltando a participação de diversas pessoas e o aporte de recursos por meio de emenda parlamentar da Deputada Federal Ana Pimentel. Ao final, manifestou satisfação com a realização da audiência pública e afirmou que, embora deseje que temas relacionados à violência contra as mulheres não precisem mais ser debatidos, a comissão continuará atuando na defesa e na ampliação dos direitos das mulheres. Com a palavra, a Vereadora Letícia Delgado agradeceu a presença dos



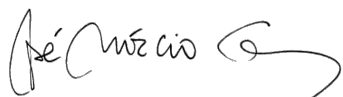
5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 14/07/2026 ATA APROVADA

representantes do Poder Executivo, das autoridades e dos demais participantes, destacando a importância e a qualidade dos debates realizados durante a audiência. Falou que o aumento das notificações de violência contra a mulher pode refletir a ampliação do acesso das mulheres aos serviços de proteção, e não necessariamente um aumento dos casos de violência. Destacou o consenso construído durante a audiência sobre a necessidade de funcionamento ininterrupto, em regime de 24 horas, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, defendendo que essa medida depende de prioridade política por parte do Governo do estado. Parabenizou a Secretaria Especial das Mulheres pelas ações desenvolvidas nos territórios e nas escolas, enfatizando a importância da prevenção e da conscientização. Reafirmou o compromisso da Câmara Municipal com a pauta do enfrentamento à violência contra as mulheres e colocou o Legislativo à disposição para colaborar na construção e no fortalecimento das políticas públicas. Destacou a necessidade de ampliar as políticas de autonomia das mulheres, fortalecer a atuação integrada entre os órgãos da rede de proteção e promover ações voltadas à empregabilidade e ao acesso à moradia. Por fim, defendeu que o foco das políticas públicas deve permanecer no enfrentamento à violência contra as mulheres, agradeceu a participação de todos os presentes e reconheceu a atuação do Conselho Municipal e das profissionais que contribuíram para a consolidação da rede de proteção no Município. Pela ordem, o Vereador André Mariano parabenizou os autores pela realização da audiência pública e informou que, embora não tenha participado desde o início em razão de outro compromisso, acompanhou os debates pela TV Câmara. Destacou a importância da elaboração do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, lembrando discussões ocorridas em legislaturas anteriores sobre o tema. Ressaltou que, considerando que as mulheres representam a maioria da população de Juiz de Fora, o Município deve contar com um plano específico voltado às suas demandas. Enfatizou o papel dos Conselhos Municipais e das audiências públicas na construção das políticas públicas, defendendo que as decisões do Legislativo sejam pautadas pela responsabilidade e pelo interesse coletivo. Afirmou que as propostas encaminhadas à Câmara devem buscar contemplar toda a população, livres de divergências ideológicas, e sugeriu que temas de maior relevância possam, quando necessário, serem submetidos à consulta popular. Ao final, colocou-se à disposição para contribuir com os trabalhos, destacou a destinação de emenda parlamentar à Secretaria Especial das Mulheres e manifestou apoio ao fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres no Município. O Presidente em exercício Juraci Scheffer agradeceu a participação de todos. Destacou que a audiência proporcionou importantes informações sobre a rede de proteção às mulheres em situação de violência doméstica no Município, ressaltando os avanços alcançados, sem deixar de reconhecer a necessidade de fortalecimento contínuo das políticas públicas e dos serviços de atendimento. Ao final, agradeceu ao Presidente da Câmara pela confiança em deixá-lo conduzir a audiência pública e manifestou satisfação pela oportunidade de participar do debate, reconhecendo o compromisso das instituições e das mulheres que atuam na defesa dos direitos das mulheres em Juiz de Fora. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente em exercício Juraci Scheffer encerrou a audiência pública às 18h38min. Estiveram presentes os Senhores: Rayana Costa, representando o Centro de Referência dos Direitos Humanos; Eliane Barreto, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Fernanda Moura, Coordenadora do Ciam; Ana Carolina Sales, representando a Casa da Mulher; Ticiane Didres Parada do Nascimento, Presidente da Comissão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da OAB-JF; Fabiano Luiz da Silva, Referência Técnica de Notificação de Violência de Juiz de Fora e representante do Secretário de Saúde Jonathan Ferreira; Delegada Sônia Parma; Nayara dos Santos Casemiro, representando os Creas; Carla Cristina de Lima Ferreira, representando a Comissão da Mulher Advogada da OAB-JF e o Grupo Mulheres do Brasil; Maria Cristina de Souza Trulio, Juíza da Vara da Violência Doméstica; Capitão Gabriel Felipe, representando o 2º Batalhão da Polícia Militar; Capitã Camila Oliveira Fernandes Meireles, representando o Comandante do 27º Batalhão da Polícia Militar; Fernando Tadeu David, Secretário Municipal de Segurança Urbana e Cidadania; e Lourdes Carmo Militão, Secretária Municipal das



5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 14/07/2026 ATA APROVADA

Mulheres. Compareceram os Vereadores: André Luiz Gomes Mariano (André Mariano), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), Jefferson da Silva Januário (Negro Bússola), João Evangelista de Almeida (João do Joquinho), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Juraci Scheffer, Laiz Perrut Marendino (Laiz Perrut) e Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado). Para constar, Wanderson Barra da Silva, Assessor Consultivo Legislativo, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 26 de agosto de 2026.



José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal



João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

